I – Alterar a Portaria RR nº RR nº 3905/2022, DE 05/08/2022 que transferiu para a Reserva Remunerada, na mesma graduação o militar 2º Sargento PM RG 22479, PAULO CEZAR DA SILVA SOUSA, mat. nº 561600001, pertencente ao Quadro de Inativos da Polícia Militar do Estado do Pará, para que seja incluída a parcela Incorporação de Representação, correspondente a 40% (quarenta por cento) sobre o valor padrão CORPO OP MILITAR - MP.FG.GM II, artigos 1º, 2º, 4º e 6º, da Lei nº 7.551/2011 c/c art.94, §2º da Lei Complementar nº 039/2002, com as alterações dadas pela Lei Complementar nº 044/2003., com as alterações dadas pela lei complementar nº 044/2003, percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 14.337,69 (quatorze mil trezentos e trinta e sete reais e sessenta e nove centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo	R\$ 1.604,51
Incorporação de representação 40%	R\$ 2.634,07
Representação por graduação 35%	R\$ 561,58
Gratificação de tropa - policial militar 10%	R\$ 160,45
Gratificação de localidade especial 30%	R\$ 481,35
Gratificação de serviço ativo 30%	R\$ 481,35
Gratificação de risco de vida 100%	R\$ 1.604,51
Adicional de inatividade: c/ incidência da interiorização 35%	R\$ 3.717,18
Gratificação tempo de serviço militares 30%	R\$ 2.450,89
Gratificação de habilitação do policial militar 20%	R\$ 641,80
Provento Mensal	R\$ 14.337,69

II – Os efeitos da parcela Incorporação de Representação - 40% (quarenta por cento) sobre o valor padrão CORPO OP MILITAR - MP.FG.GM II retroagirão a 03/08/2018, conforme determinação da DIREX realizada em 06/08/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes Da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 1037218

PORTARIA PS Nº 0173 DE 17 DE JANEIRO DE 2024

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2024/12594

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 e art. 37, XI, CF/88 c/c Manifestação nº 15/2023 – DIPRE/IGEPPS, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$ 26.405,11 (vinte e seis mil quatrocentos e cinco reais e onze centavos), em favor de GEORGENOR JORGE NEGRÃO KALIFE, na condição de companheiro da ex-segurada BENEDITA OLIVEIRA CARDOSO, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Fazenda – SEFA, onde ocupou o cargo de Fiscal de Receitas Estaduais, sob a matrícula nº 52060/1, falecida em 19/11/2023.

II – A implantação do benefício se efetuará a partir de 01/02/2024, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito (19/11/2023), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará

Protocolo: 1037235

PORTARIA ALT RR Nº 223 DE 29 DE JANEIRO DE 2024

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA PORTARIA DE RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - PROCESSO Nº 2021/1278103.

Considerando a Ata de Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva – DIREX, realizada dia 06 de agosto de 2021;

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Alterar a Portaria RR nº 2354/2013, DE 31/07/2013 que transferiu para a Reserva Remunerada, na mesma graduação o militar 1º sargento PM RG 11302, PEDRO SERGIO JUREMA DOS SANTOS, mat. nº 338705401, pertencente ao Quadro de Inativos da Polícia Militar do Estado do Pará, para que seja incluída a parcela Incorporação de Representação, correspondente a 70% (setenta por cento) sobre o valor de 3x o soldo de 1º SARGENTO, artigos 1º, 2º, 4º e 6º, da Lei nº 5.320/1986 c/c art.94, §2º da Lei Complementar nº 039/2002, com as alterações dadas pela Lei Complementar nº 044/2003 c/c Decreto Legislativo nº 14/97 – ALEPA, com as alterações dadas pela lei complementar nº 044/2003, percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 15.818,38 (quinze mil oitocentos e dezoito reais e trinta e oito centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo	R\$ 1.684,73
Incorporação de representação 70%	R\$ 3.369,47
Representação por graduação 35%	R\$ 589,66
Gratificação de tropa - policial militar 10%	R\$ 168,47
Gratificação de localidade especial 20%	R\$ 336,95

Gratificação de serviço ativo 30%	R\$ 505,42
Gratificação de risco de vida 100%	R\$ 1.684,73
Adicional de inatividade: c/ incidência da interiorização 35%	R\$ 4.101,06
Gratificação tempo de serviço militares 30%	R\$ 2.704,00
Gratificação de habilitação do policial militar 40%	R\$ 673,89
Provento Mensal	R\$ 15.818,38

II – Os efeitos da parcela Incorporação de Representação – 70% (setenta por cento) sobre 3x(três vezes) o valor do soldo da graduação de 1º Sargento/PM retroagirão a 28/10/2016, conforme determinação da DIREX realizada em 06/08/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes Da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 1037241

PORTARIA ALT RR Nº 335 DE 29 DE JANEIRO DE 2024

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA PORTARIA DE RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - PROCESSO Nº 2021/1256756.

Considerando a Ata de Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva – DIREX, realizada dia 06 de agosto de 2021;

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Alterar a Portaria RR nº nº 1993, de 07/08/2013 que transferiu para a Reserva Remunerada, na mesma graduação o militar cabo PM RG 11060, RAIMUNDO PAULO TEIXEIRA DOS SANTOS, mat. nº 338575201, pertencente ao Quadro de Inativos da Polícia Militar do Estado do Pará, para que seja incluída a parcela de Incorporação De Representação, correspondente a 70% (setenta por cento) sobre o valor de 03 (três) vezes o soldo da graduação de Cabo/PM, artigos 1º, 2º, 4º e 6º, da Lei nº 5.320/1986 c/c art.94, §2º da Lei Complementar nº 039/2002, com as alterações dadas pela Lei Complementar nº 044/2003 c/c Decreto Legislativo nº 14/97 – ALEPA., com as alterações dadas pela lei complementar nº 044/2003, percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 13.025,97 (treze mil e vinte cinco reais e sete centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo	R\$ 1.455,34
Incorporação de representação 70%	R\$ 2.910,66
Representação por graduação 30%	R\$ 436,60
Gratificação de tropa - policial militar 10%	R\$ 145,53
Gratificação de localidade especial 20%	R\$ 291,07
Gratificação de serviço ativo 30%	R\$ 436,6
Gratificação de risco de vida 100%	R\$ 1.455,34
Adicional de inatividade: c/ incidência da interiorização 35%	R\$ 3377,1
Gratificação tempo de serviço militares 30%	R\$ 2.226,66
Gratificação de habilitação do policial militar 20%	R\$ 291,07
Provento Mensal	R\$13.025,97

II – Os efeitos da parcela Incorporação De Representação - 70% (setenta por cento) sobre o valor de 03 (três) vezes o soldo da graduação de Cabo/PM retroagirão a 04/11/2016, conforme determinação da DIREX realizada em 06/08/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes Da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 1037245

PORTARIA AP Nº 49 DE 08 DE JANEIRO DE 2024

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo PAE nº 2021/1229235 E SISPREV Nº 2024.04.0064P.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 131, §1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, RAIMUNDO CARLOS MIRANDA, mat. nº 509264/1, na função de Servente Referência I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 3.122,27 (três mil, cento e vinte e dois reais e vinte e sete centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.951,42
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	1.170,85
Total de Proventos	3.122,27

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/02/2024.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 1033876